

Grupo dificulta acordo da dívida externa

Posição da família Dart, que detém 5,6% da dívida brasileira, pode comprometer a conclusão das negociações que se desenvolvem entre o Brasil e o comitê de bancos credores

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A família Dart, de Sarasota, Flórida, tornou pública a disputa com o governo brasileiro e com o comitê de bancos credores em torno das condições para concluir o acordo da dívida externa. Nos últimos dois anos, a família comprou cerca de US\$ 1,4 bilhão da dívida brasileira (5,6%), com deságio de mais de 60%, no mercado secundário, tornando-se o quarto maior credor privado do País. A família controla a Dart Container Corporation, fabricante de produtos de isopor e uma das maiores empresas de capital fechado dos EUA.

Numa iniciativa pouco usual nos meios financeiros, calculada para criar pressão, a família divulgou um comunicado ontem para anunciar que "o Brasil rejeitou a oferta de participar no programa de reestruturação da dívida externa com os bancos comerciais". Na verdade, a rejeição partiu do comitê de bancos que, a pedido do governo brasileiro, ouviu uma proposta da família Dart na semana passada para resolver o problema. O negociador brasileiro da dívida, André Lara Resende, disse ontem ao Estado que o governo continua interessado em buscar uma solução que atenda aos interesses de todos os credores. Uma nota sobre o assunto deve ser divulgada hoje.

Tecnicamente, a posição dos Darts pode comprometer a conclusão do acordo, que exige a adesão de credores detentores de 95% da dívida. "Eles decidiram jogar a coisa no ventilador", comentou uma fonte oficial. "A família Dart investe no Brasil a longo prazo", disse Frederick Abendroth, gerente de investimentos dos Darts. A veracidade da frase é posta em dúvida no mercado financeiro, onde se acredita que Dart comprou títulos da dívida para realizar altos lucros rapidamente.

"Quando o plano de financiamento brasileiro foi anunciado, em setembro de 1992, a família Dart foi incentivada a se comprometer a trocar créditos brasileiros por títulos sem garantia", acrescentou Abendroth. "Foi o que fizemos", disse. "Mas fomos informados no começo da semana que o Brasil decidiu rejeitar esse compromisso."

Em dezembro, quando o governo

convidou os bancos a fazer a opção entre os sete instrumentos de refinanciamento oferecidos pelo País, a família Dart escolheu os bônus de capitalização, que não exigem garantias. Pelos termos do rebalancing, para limitar a opção pelo bônus ao par, cada credor tem de converter pelo menos 35% de seus ativos em bônus de desconto.

No comunicado, os Darts deixam claro que não estão prestes a mudar de posição. A família diz estar ciente "de que o governo brasileiro pretende completar o acordo, mas declara que pretende continuar a deter créditos brasileiros como investimento de longo prazo".

A família Dart alega que concordou desde o começo em aceitar títulos sem garantia. "Por isso, esta situação é extremamente lamentável do ponto de vista do Brasil", afirmou Abendroth. "Ao oferecer trocar 100% dos seus títulos por instrumentos sem garantia, a família Dart estava economizando para o Brasil US\$ 200 milhões em custos iniciais com colateral".

"Só podemos presumir que o Brasil e seu comitê de bancos comerciais cometeram um erro na determinação de diretrizes de distribuição e julgaram que teriam de assumir as consequências do seu custo para o Brasil", disse, contestando a representatividade dos bancos nas negociações.

BASIL
BUSCA
SOLUÇÃO QUE
ATENDA
INTERESSE DE
TODOS
CREDORES



Cardoso e Trichet: "Uma performance excepcional do Brasil"